

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR  
À ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS  
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA  
DO PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

**Reunião n.º 30**

22 de outubro de 2020

(17:14 h – 19:27 h)

**Ordem do dia:**

Audição do Presidente do Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas, Dr. Manuel de Lemos, acompanhado do Tesoureiro deste Secretariado Nacional, Dr. José Rabaça, em conjunto com a Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Dr.ª Isabel Mota, acompanhada pelo Secretário-Geral, Dr. Rui Esgaio, e pela Diretora do Serviço de Comunicação, Dr.ª Elisabete Caramelo (como entidades que agregaram fundos sendo responsáveis pela sua gestão).

**Presidente da Comissão:** Paulo Rios de Oliveira (PSD)

**Deputados oradores:** Ricardo Vicente (BE)

João Dias (PCP)

Raul Miguel Castro (PS)

Olga Silvestre (PSD)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, boa tarde a todos.

*Eram 17 horas e 14 minutos.*

Srs. Deputados, cumprimento-os a todos e cumprimento também os depoentes que vão participar nesta audição, a quem dou as boas-vindas e passo a identificar: o Sr. Presidente do Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas, Dr. Manuel de Lemos, acompanhado do Tesoureiro do Secretariado Nacional, Dr. José Rabaça; e a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota, acompanhada pelo Secretário-Geral, Dr. Rui Esgaio, e pela Diretora de Serviços de Comunicação, Dr.<sup>a</sup> Elisabete Caramelo. Os depoentes estão aqui em representação das entidades que agregaram fundos, como responsáveis pela sua gestão.

Esta audição foi promovida a requerimento do PSD, mas votada por toda a Comissão.

Renovo as boas-vindas a todos e agradeço a vossa presença. Admito que todos, ou quase todos, conheçam o modelo em que decorrem as nossas audições, mas não deixo de o repetir, até para que quem possa estar a ouvir-nos perceba o encadeamento.

Assim, temos três rondas potenciais de perguntas, sendo a primeira de 8 minutos para cada grupo parlamentar, no modelo pergunta-resposta imediata; seguir-se-á, se for necessária, uma segunda ronda de intervenções de 5 minutos a cada grupo parlamentar, com resposta conjunta no final; e, se necessário, haverá uma terceira ronda com 3 minutos para cada grupo parlamentar e 2 minutos para cada Sr.<sup>a</sup> Deputada ou Sr. Deputado que entenda usar da palavra a título individual.

Também está previsto no nosso Regulamento que as entidades que vêm prestar depoimento nesta Comissão de Inquérito possam usar da palavra no início para fazer o enquadramento, caso queiram, da sua presença aqui.

Dado que temos connosco duas entidades, sem prejuízo do modelo de audição e agradecendo novamente a vossa presença, pergunto se querem usar da palavra com uma intervenção inicial, sendo que, se o quiserem fazer, iria conceder 10 minutos, arredondadamente, a cada uma das entidades.

Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota, Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, pretende usar da palavra ou poderemos começar, desde já, a audição?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota** (Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian): — Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de fazer um enquadramento.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Boa tarde a todos.

O enquadramento que quero fazer tem que ver com focalizar qual foi a intervenção que a Fundação Calouste Gulbenkian teve neste processo. Basicamente, a história começou logo a seguir aos incêndios. A Gulbenkian pôs à disposição um donativo de 500 000 € para a emergência e, imediatamente a seguir, várias entidades associaram-se à Gulbenkian, pelo que criámos um fundo de apoio às populações e à revitalização das áreas afetadas pelos incêndios.

Estou a falar de um fundo que atingiu os 4 042 653 €. Os outros *donors* foram empresas, sendo que a Caixa Geral de Depósitos foi um dos principais contribuintes, através de uma conta solidária que abriu nos seus balcões e que transferiu para a Fundação Gulbenkian, para gestão. Tivemos também a Navigator, a Altri, a Easyjet, a Fundação Claude e Sofia Marion e alunos do

Colégio Anatole France. Eu diria que estão aqui muitos, muitos portugueses que contribuíram, na medida em que a Caixa Geral de Depósitos o fez através de donativos que os seus clientes quiseram fazer. Ou seja, não foi só a instituição, foram os portugueses em geral.

Neste fundo da Gulbenkian decidimos, imediatamente, quais eram as áreas de intervenção. Houve seis áreas de intervenção, sendo a primeira a reconstrução de habitações. Outra, foi a reposição de perdas nas atividades de subsistência e, depois, houve outras áreas, tais como o apoio à sociedade civil, a capacitação, a valorização do potencial humano, etc.

Penso que aqui há duas coisas onde nos queremos centrar, as habitações e as alfaias agrícolas, que são aquelas que têm que ver com as relações com o Estado.

Ora bem, o que é que aconteceu? Aconteceu que, logo a seguir a termos criado este fundo, achámos que era importante haver uma coordenação com várias entidades, a primeira das quais sendo a União das Misericórdias, com quem celebrámos um protocolo exatamente para estas duas componentes, a componente da construção de habitações e a das alfaias agrícolas. Neste protocolo dividimos, digamos assim, os recursos entre nós.

Logo a seguir, fizemos um protocolo com o Fundo REVITA relativamente às construções e ficou claro o seguinte: todas as construções que viessem a ser apoiadas por nós — porque era a meias! — eram enviadas às nossas entidades através da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), que, por sua vez, tinha feito a hierarquização e a verificação dos requisitos do Fundo REVITA.

Esta é a primeira ideia que me parece importante: nenhuma construção daquelas que fizemos... Foi-nos enviada a prioridade, digamos, através das entidades competentes, neste caso ao abrigo do protocolo.

Por outro lado, tudo o que houve da parte agrícola foi através de uma Unidade de Missão, que, por sua vez, tinha o parecer da Direção Regional de Agricultura e Pescas (DRAP) do Centro.

Portanto, nestes dois domínios, foi assim que as coisas se passaram e, a meu ver, aproveito já para dizer, acho que se passaram bem, sem... É complexo, numa altura complexa, com os ânimos todos muito exaltados pela situação horrível que se estava a viver, mas, do ponto de vista da gestão e da colaboração entre as entidades, acho que correu o melhor possível.

Entretanto, gostava de dizer que, para além desta atuação, a Fundação fez muitas outras intervenções, noutras áreas, com o seu dinheiro, do fundo, e essas foram selecionadas por nós, de acordo com os nossos critérios, pois não envolvem dinheiros públicos. Posso dizer, com algum orgulho, que as nossas equipas conseguiram fazer quase que uma operação integrada de desenvolvimento, entre aspas, tendo em conta a situação que se estava a viver, ou seja, conseguiram pensar, para além daquela altura em que todas as boas vontades estavam no terreno, na sobrevivência daquelas populações.

Houve várias ações — constam do relatório, mas poderei referi-las —, desde apoio a escolas, a organizações da sociedade civil, à unidade de queimados... Enfim, um conjunto de outro tipo de ações, que não no âmbito daquilo em que o Fundo REVITA interveio.

As relações com a União das Misericórdias foram excelentes, como já tinham sido no passado, noutras situações, e tenho para mim que a coordenação foi muito bem feita. Fazíamos relatórios trimestrais, que enviávamos ao Fundo REVITA, e, além disso, também fazíamos relatórios semestrais. Depois, fizemos um relatório final, que deixei com o Sr. Presidente da Comissão para todos verem, se assim entenderem, com toda a informação detalhada, casa por casa, e todas as outras ações que referi.

No final, o nosso fundo teve duas auditorias que verificaram a *compliance*, ou seja, que cumpria os requisitos e as regras a que nos tínhamos proposto.

Entretanto, e indo diretamente àquilo que penso ter suscitado a preocupação dos Srs. Deputados, estamos aqui a falar de um conjunto de casas que...

O Sr. **Presidente**: — Tem de deixar alguma coisa para as perguntas dos Srs. Deputados!

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Sim, é só para fazer o enquadramento. Vou centrar-me no conjunto de casas, porque acho que isto é importante.

Portanto, no âmbito do protocolo com o REVITA, tivemos 48 casas financiadas pela parceria com a União das Misericórdias e houve cinco casas que foram só financiadas pela Fundação, porque eram em Mação, que não fazia parte do protocolo com a União das Misericórdias, e, portanto, pagamo-las nós a todas. Estas casas estavam praticamente prontas na altura em que surgiu nos jornais — soubemos pela imprensa — que o Ministério Público tinha posto em causa a idoneidade ou a legitimidade de algumas das casas que estavam a ser recuperadas por nós.

Sobre isso, e para terminar, queria dizer o seguinte: dessas cinco casas, uma já tínhamos entregue quando soubemos; quanto às outras, e contrariamente ao que o REVITA decidiu, nós decidimos completar as casas, mas não as entregar. E porquê? Porque o dono da obra era a União das Misericórdias, havia indemnizações a pagar aos empreiteiros e achámos que, do ponto de vista de gerir um dinheiro que o povo tinha dado para aquilo, não fazia nenhum sentido estar a pagar indemnizações. Portanto, resolvemos constituirmo-nos como assistentes e lesados e esperar pelo resultado do inquérito.

As casas estão terminadas e, tanto quanto sei, na próxima semana vai começar o julgamento e aguardamos aquilo que o tribunal disser, sendo que pedimos uma compensação por nos sentirmos lesados relativamente àquele montante que investimos em casas onde, à partida, não deveríamos investir, mas foram aquelas que nos foram dadas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Mais um pouco e quase que esgotava... garantidamente que não esgotava, mas quase que antecipava um conjunto de perguntas e de respostas, e muito lhe agradeço.

Tem a palavra o Sr. Dr. Manuel de Lemos, também para uma intervenção de enquadramento.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos** (Presidente do Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas): — Muito boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Srs. Jornalistas, estamos aqui com gosto para prestar todos os esclarecimentos que forem necessários.

O enquadramento é muito simples. O nosso percurso é muito semelhante ao descrito pela Sr.<sup>a</sup> Presidente da Fundação Gulbenkian e é em tudo igual a partir do momento em que celebrámos o protocolo entre nós, o qual foi depois replicado no protocolo com o REVITA. Portanto, prescindo de falar sobre essa parte, uma vez que a Sr.<sup>a</sup> Presidente já elucidou completamente os Srs. Deputados sobre o *modus faciendi* e o âmbito da nossa intervenção.

Queria dizer apenas que, como tem sido prática, quando surgem catástrofes deste tipo — e estou a lembrar-me, por exemplo, da que teve lugar na Madeira — há logo muita gente a pedir-nos para constituirmos uma conta solidária, e foi o que fizemos. Depois, tivemos um contacto daquele

conjunto de artistas que resolveu fazer também um espetáculo solidário, em que esteve presente o Sr. Presidente da República, e recolhemos 2 milhões e 126 mil euros, no total de todas as participações.

A partir daí, queria dizer que todas essas contas solidárias obedecem a um trâmite legal, que cumprimos integralmente. Portanto, prestamos sempre todos os esclarecimentos ao Estado português sobre essa matéria, nomeadamente ao Ministério da Administração Interna, como decorre da lei.

Como disse a Sr.<sup>a</sup> Presidente, as contas foram todas auditadas, pelo menos duas vezes, prestámos sempre esclarecimentos ao REVITA e penso que a nossa relação foi fantástica. Aliás, já o tinha sido anteriormente e no futuro continuará a sê-lo.

Este é, portanto, o enquadramento que eu gostava de fazer, dizendo que, de facto, foram 48 casas e ficaram por entregar quatro. Achámos todos, uma vez que éramos os donos da obra, que devíamos acabar as casas para não pagar indemnizações aos empreiteiros, uma vez que estávamos com o dinheiro que as pessoas tinham dado e isso não fazia sentido. Mas as casas estão prontas e a aguardar a decisão judicial em relação a nos constituirmos como assistentes para as entregarmos a quem de direito.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

A benefício dos nossos trabalhos, para quem nos possa estar a ouvir, queria recordar que esta Comissão Eventual de Inquérito diz respeito à atuação no Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior. Este é o foco da nossa Comissão, sem prejuízo de, muitas vezes, a dinâmica do debate nos levar para outros caminhos. Mas é este o objeto da Comissão.

Antes de dar início à audição, que começa pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, em benefício de alguma tranquilidade e para o debate ser mais claro, estando presentes duas instituições, solicito que os Srs.

Deputados informem a quem dirigem a pergunta ou que a dirigem às duas instituições. Depois, os Srs. Presidentes farão o favor de dizer quem responde ou, eventualmente, quem completa a resposta. Vou precisar do vosso auxílio nesse sentido. Antes de conceder a palavra irei perguntar, para a nossa interação ter mais dinâmica.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Vicente.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Quero, em primeiro lugar, manifestar a total solidariedade do Bloco de Esquerda para com as populações afetadas por esta catástrofe que ocorreu em 2017, fazendo um agradecimento a todos os que se envolveram para responder às necessidades destas populações.

Quero agradecer também aos representantes da União das Misericórdias Portuguesas e da Fundação Calouste Gulbenkian pela disponibilidade para se deslocarem aqui hoje e prestarem as suas declarações.

Gostaria de sublinhar que, no nosso entender, além de questões meteorológicas extremas que não dependem da política pública, só foi possível uma catástrofe desta dimensão atingir as consequências que atingiu por insuficiência da política pública de ordenamento do território, de prevenção e combate aos incêndios, política essa que deveria ser muito mais fortalecida do que era à data e muito mais fortalecida do que ainda hoje é, porque, quando olhamos para estes territórios, percebemos as imensas carências que ainda hoje eles têm do ponto de vista estrutural. Mas esse é um assunto que extravasa o conteúdo desta Comissão.

Algumas das questões que tinha para colocar já foram expressas durante as vossas intervenções iniciais, mas queria esclarecer uma dúvida: informaram-nos de que a CCDR Centro identificou as necessidades do ponto

de vista da intervenção em habitações e a DRAP identificou as necessidades do ponto de vista da reposição do potencial produtivo.

Pergunto: as intervenções que realizaram foram todas com base nestas identificações, ou houve identificações para além das indicadas por estas duas entidades?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Manuel de Lemos.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Muito obrigado pelas perguntas, Sr. Deputado.

De facto, no que respeita às casas, a identificação foi toda feita pela CCDR, por uma Comissão Técnica, e depois foi o REVITA que nos disse quais eram as casas, ou seja, que as identificou. Algumas foram reconstruções completas, outras foram parciais, mas tudo isso foi feito pela Comissão Técnica, pela via do REVITA.

O mesmo se fez, também, no que respeita às necessidades das pessoas. Havia pessoas a quem tinham ardido tratores, outras a quem tinham ardido alfaias agrícolas... Todas elas foram à Comissão Técnica dizer que tinham tido esse tipo de prejuízo e foi em função dessas listagens que atribuímos algumas alfaias agrícolas.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Além deste serviço de identificação de necessidades, qual foi o papel do Estado na definição e articulação da atribuição de fundos geridos pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela União das Misericórdias Portuguesas? E como é que avaliam a intervenção do Estado no serviço que desempenhou?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian.

Demore o tempo que entender a consultar os documentos, Sr.<sup>a</sup> Presidente. Temos todo o tempo do mundo.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Acho que não preciso dos documentos. Conforme disse o Presidente Manuel de Lemos, no que respeita às construções, foi tudo analisado pela Comissão Técnica do REVITA, todos os critérios, requisitos de elegibilidade e prioridades, e a CCDR participou também nessa análise — portanto, estou a falar do que era do lado do Estado —, transmitindo-nos quais eram as prioridades e que as coisas que estavam em condições de avançar.

Por outro lado, havia um grupo de coordenação destas ações todas — e isso é que eu precisava ver nos meus papéis —, que era presidido pelo Presidente do REVITA, onde estavam presentes os municípios envolvidos, a CCDR... Julgo que, do lado do Estado... Ah, e a agricultura!

Portanto, havia um órgão de cúpula, digamos, que era o REVITA, onde tinham assento todas as entidades públicas que tinham de intervir no processo e para quem enviávamos os relatórios de monitorização do que estávamos a fazer.

Eu diria que a coordenação estava assegurada por esse grupo onde tinham representação todas as entidades centrais e locais que estavam envolvidas no processo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — No que diz respeito às contas solidárias, o procedimento do Estado é determinado pelo Ministério da

Administração Interna e nós tínhamos o dever, que resulta da lei, de prestar contas da forma como esse dinheiro era gasto. Portanto, juntávamos os documentos e havia esse controlo, que há sempre quando existe uma conta solidária que resulta da lei. As duas partes cumpriram isso integralmente e isso não dizia respeito ao REVITA, era diretamente com o Ministério da Administração Interna.

O Sr. **Presidente**: — Devolvo-lhe a palavra, Sr. Deputado Ricardo Vicente.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Além das quatro casas que nos referiu há pouco, as quais representam situações que estão sob investigação, tem conhecimento de alguma aplicação indevida de apoios públicos, sejam eles apoios que estavam a vosso cargo ou apoios do Fundo REVITA?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Manuel de Lemos.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Não, não tenho, nem pessoalmente, nem institucionalmente, para além daquilo que depois, como é óbvio, todos lemos na comunicação social. Não temos nenhum conhecimento e, se tivéssemos, naturalmente, como é nosso dever, teríamos comunicado isso às entidades oficiais.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Presidente quer acrescentar alguma coisa ou a resposta é completa e representa as duas entidades?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — A resposta dada representa as duas entidades.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ricardo Vicente, tem a palavra.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Também não tem conhecimento de nenhuma situação em que tenha havido duplicação de apoios atribuídos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Dr. Manuel de Lemos.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Também não, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Como avaliam o processo de atribuição de apoios públicos provenientes do Fundo REVITA na região, se é que estão em condições de fazer uma apreciação dessa aplicação?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vou dar a palavra aos dois Srs. Presidentes, porque a pergunta é bastante abrangente.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Eu avalio bem, na medida em que tudo o que teve que ver diretamente connosco, naquilo em que estivemos envolvidos, temos tudo visto de fio a pavio.

Relativamente à sua pergunta, Sr. Deputado, que penso ser mais geral, aquilo que sei é o que vem na comunicação social e que nos alertou, designadamente, para estas situações que, no fundo, também acabaram por ter que ver connosco.

Portanto, a avaliação que faço... Aliás, visitei o terreno várias vezes, tivemos lá uma equipa permanentemente e, embora não seja capaz de o dizer em pormenor, acho que o clima entre as entidades públicas e privadas e as organizações locais era extremamente unido, pelo que a minha avaliação, em geral, é positiva e, em particular, como já referi, foi seguida a par e passo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, quer acrescentar ou discordar de alguma coisa?

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Apenas quero salientar um aspeto que nem eu nem a Sr.<sup>a</sup> Presidente referimos ainda, mas que penso ser interessante: as nossas equipas, as da União e as da Fundação Calouste Gulbenkian, estiveram sempre *pro bono* no terreno. Relativamente a todas as despesas — gasolina, transportes, etc. — das equipas que tivemos lá permanentemente, esse dinheiro não saiu do fundo. No caso da União das Misericórdias, saiu das nossas verbas e, no caso da Fundação, saiu de verbas de funcionamento.

Portanto, todo o dinheiro que as pessoas nos deram — repito, todo! — foi aplicado nos incêndios, isto é, na recuperação das casas e nas alfaias.

A nossa relação com o Fundo REVITA foi boa, naturalmente. A nossa preocupação foi, sobretudo, a de recuperar as casas, porque aquela gente sofreu muito, mesmo muito. Quem andou lá no terreno, como alguns de nós andámos, constatou o sofrimento daquelas pessoas, daquelas famílias, algumas delas completamente destroçadas. Portanto, a nossa preocupação foi muito no sentido de refazer as casas e ajudá-las o mais possível.

Depois, quando as coisas começaram a ter outro caminho, vimo-nos obrigados a não entregar estas quatro casas, embora, como já disse a Sr.<sup>a</sup> Presidente e eu próprio, elas estejam completamente prontas. No dia em que o tribunal der ordem, entregamos as casas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — No que diz respeito às intervenções estatais, que medidas consideram ter ficado aquém das necessidades? Quais são as áreas e as medidas mais prementes, do ponto de vista da vossa análise, que estão em falta nestes territórios para apoiar a reconstrução do que se perdeu?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Sr. Deputado, não lhe sei responder assim diretamente. O que lhe posso dizer é que, face à situação que se viveu e ao sofrimento que houve naquela região, seguramente, todos ficámos aquém. Seriam necessários, com certeza, mais recursos, mais de tudo.

Há, sobretudo, um ponto que acho importante salientar, que é o seguinte: para além da emergência, da reconstrução, etc., tentámos lançar algumas sementes para o futuro das pessoas que lá têm de viver. Nesse aspeto, acho que foi positivo, porque demos algumas condições locais para as pessoas poderem tentar ajudar a reconstruir um futuro naquela região.

Agora, a destruição foi tal e a situação é tal que há uma coisa que ficou seguramente aquém, a parte afetiva e moral, que foi muito complicada. Também prestámos, a determinada altura, apoio psicológico, mas não é possível mensurar isso. Acho que são dores que vão ficar por muito tempo e necessidades que, muitas vezes, não são materiais. São problemas de natureza psicológica, de esperança, etc.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, quer completar a resposta?

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Não vale a pena. Acho que a Sr.<sup>a</sup> Presidente, na intervenção anterior, já o disse, mas é toda a problemática dos territórios de baixa densidade, a qual transcende em muito, como é óbvio, o que poderíamos dizer sobre esta matéria.

Mas é isso, subscrevo as palavras da Sr.<sup>a</sup> Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Srs. Presidentes.

Isto é uma sintonia, à prova de bala!

*Risos.*

Mas é natural que assim seja.

Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Consideram que parte das irregularidades e insuficiências das medidas de apoio público que foram até agora detetadas podem encontrar justificação na incapacidade de serviços locais e nacionais do Estado para apoiar as populações em momentos de emergência com esta magnitude? Isto é, o aparelho do Estado presente no território, em especial num território de baixa densidade, e a sua delapidação podem justificar, de alguma forma, algumas das insuficiências das respostas dadas?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — A minha ideia é que em todo o lado há sempre pessoas menos sérias. Acho que é no lado de quem prestou informações que não eram fidedignas, e são esses casos que estão neste momento em julgamento, que está o problema.

Portanto, se as pessoas dão declarações erradas, não me parece que seja uma falha, a não ser falha moral do próprio, que se candidatou sem ter as condições. Penso que estavam muito claras as condições e que não tenha havido falha em termos da clarificação das regras do jogo.

Gente menos séria aparece em todos os processos, mas o tribunal é que irá julgar e, portanto, não sei dizer. Acho que estas pessoas, os proprietários, é que devem ter, seguramente, prestado declarações que não eram corretas.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Presidente.

**O Sr. Dr. Manuel de Lemos:** — É isso mesmo.

De facto, a sensação que temos é a de que o REVITA trabalhou bem. O Fundo trabalhou bem e, nessa medida, o Estado trabalhou bem.

Depois, há as questões individuais. Falsas declarações, maneiras diferentes de olhar e de avaliar os dados que são fornecidos e até algum mau entendimento das regras podem ter levado a isso, e por isso é que está em tribunal. Quer dizer, não houve uma condenação generalizada e temos de esperar o resultado do tribunal. Até lá, as situações podem estar todas erradas, podem estar todas certas, podem estar umas certas e outras erradas. Vamos ver como é que as pessoas se comportaram, mas a sensação que temos... Sabe, aquilo é uma área que corresponde mais ou menos, para fazer uma ideia, a 500 estádios de futebol. Portanto, era uma área enorme. Devo dizer até que quem fez o levantamento — não sei quem o fez, mas presumo que foi a CCDR — fê-lo num tempo recorde.

A sensação que tivemos foi a de que, apesar da pressão das pessoas, que queriam as coisas para amanhã, para fazermos tudo bem, não era possível, nem ao Estado nem a nós, que não demorássemos algum tempo. E

isso aconteceu. Se, no meio disto, há pessoas menos sérias, é por isso que estamos cá.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Quanto às respostas que é necessário dar, do ponto de vista da política pública, ao ordenamento florestal e ao ordenamento do território, já há muito trabalho realizado por comissões científicas, pelo Observatório Técnico Independente e por outros que é uma boa bagagem para a Assembleia da República trabalhar, e o Governo também.

Queria questionar-vos sobre uma outra componente, que é a das medidas a tomar em situações que esperamos que não aconteçam, mas que há sempre o risco de se repetirem, como o caso de 2017. Que medidas devem ser tomadas para evitar que algumas das irregularidades que aconteceram neste processo se voltem a repetir e para que exista uma resposta mais capaz, do ponto de vista da sociedade civil e das organizações do Estado, numa situação futura?

O Sr. **Presidente**: — Para o futuro, Srs. Presidentes, quem começa?

*Risos.*

Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Se não me levassem a mal, diria que o futuro a Deus pertence, mas, em todo o caso, esse é um desígnio que todos queremos. Queremos um Portugal mais forte, mais coeso, mais justo e, portanto, nestas matérias dos territórios de baixa densidade — e eles não

acontecem só na zona do Pinhal, acontecem também noutras zonas —, é um desafio para todos nós, e naturalmente para quem nos representa no Estado, encontrarmos um aperfeiçoamento contínuo dessas situações.

Penso que cada um, individualmente, como cidadão, deve dar o seu contributo para que, no futuro, mais do que prever, consigamos antecipar as situações de rutura que podem acontecer em todas as áreas. Algumas, como esta, são ponderáveis, possíveis e imagináveis, mas outras são menos imagináveis, como é o caso da COVID-19, por exemplo.

Como é que nos comportamos nestas situações?! Penso que este é um desafio muito grande, Sr. Deputado, sobre o qual vale a pena todos os portugueses trabalharem em conjunto.

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Presidente, quer ajudar-nos?

**A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota:** — Queria só dizer que cada um tem o seu papel a desempenhar na nossa sociedade: o Estado, os cidadãos, as fundações, as misericórdias, as organizações da sociedade civil.

O que lhe posso dizer, relativamente ao presente e ao futuro, é que, no caso da Gulbenkian, tendo em conta a nossa vocação, os nossos estatutos e a nossa missão, o que fizemos foi lançar um programa de emergência... Isto não tem que ver com os fogos, estou a falar de, mais recentemente, uma questão que tem que ver com as regiões deprimidas ou menos desenvolvidas. Lançámos um fundo com uma grande incidência na emergência para estas zonas e para as pessoas que as habitam e temos preparado, e a lançar, um programa muito expressivo para os lares. Não é por causa dos incêndios, é por causa do envelhecimento das populações, sobretudo daquelas que estão em situações mais graves.

Vamos abrir um concurso para dar um apoio significativo aos lares de idosos, porque verificámos agora, na pandemia, que é um dos problemas enormes que temos e onde pensamos poder dar um valor acrescentado.

Portanto, já não tem que ver diretamente com os incêndios, mas sim com uma sociedade, ou uma rede fina da sociedade, onde os mais desprotegidos estão, muitas vezes, nas zonas mais afastadas. Aprovámo-lo como sendo uma grande prioridade.

Acho que, quer os incêndios, quer as fragilidades, agora com a COVID, tornaram muito evidente que temos de olhar de uma forma muito focada, cada um com a sua vocação, embora com articulação, para os problemas concretos das populações, neste caso, das zonas rurais ou das zonas mais do interior. É isso que vamos fazer, e o que estamos a fazer, abertos a todas as parcerias. É este o nosso posicionamento e a nossa abertura para participar naquilo que seja para o bem comum, nesta perspetiva.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente. Algo me diz que não passará muito tempo até ser convidada a vir a esta Casa, à comissão competente, falar sobre esse ambicioso projeto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Vicente, até porque houve um lapso na contagem do tempo de intervenção, que lhe concede, pelo menos, mais 1 minuto e meio, fora a tolerância do costume.

*Risos.*

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente, não vou precisar da tolerância.

Quero apenas agradecer a informação prestada pelos intervenientes que vieram hoje à Comissão e o trabalho que desenvolveram em torno de todo este processo, e passo a palavra ao próximo Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Pelo Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado João Dias.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, queria cumprimentá-lo, bem como os Srs. Deputados e, em particular, ambas as instituições, nas pessoas do Dr. Manuel de Lemos e da Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota. Agradeço também todos os esclarecimentos que nos prestaram, pois já muito ficou esclarecido na introdução inicial, mas há alguns aspetos sobre os quais poderemos solicitar esclarecimentos.

Antes de mais, gostaria de fazer algumas referências relativamente a esta catástrofe e, desde já, agradecer o livro *Fundo de Apoio às Populações e à Revitalização das Áreas Afetadas pelos Incêndios*, que nos forneceram, onde se diz que os incêndios de 2017 foram, provavelmente, uma das maiores catástrofes com que o País se confrontou alguma vez.

O drama e a dimensão destes incêndios, não só no que tem que ver com as perdas materiais, mas também no que tem que ver com as perdas de vidas humanas, fizeram com que houvesse uma reação extraordinária por parte da população portuguesa, nomeadamente em termos de solidariedade. Isto é algo a que devemos muito respeito e, quando nos debruçamos sobre esta matéria, é preciso ter alguma sensibilidade, tendo em consideração todo o drama, o que envolveu e, depois, esta situação em que falamos de apoios que a população portuguesa voluntariamente quis atribuir. Mas não podemos esquecer-nos de que, tendo sido uma grande catástrofe, percebemos rapidamente que aquele território, aquelas instituições e aquelas gentes não

estavam preparados para responder, de imediato, até mesmo a uma tão grande solidariedade e apoio.

Quanto ao PCP, temos dito sempre isto: não pactuamos com irregularidades nem com ilegalidades. Estas devem ser apuradas e esclarecidas, mas existem entidades próprias para o fazer, entidades judiciais para o apurar e julgar. Não entendemos que uma comissão de inquérito como esta seja a forma de querer reparar ou corrigir isso, muito menos de honrar aquela gente. Senão, façamos um exercício — acho que todos nós o poderemos fazer — que esclarecerá isto.

*Protestos da Deputada do PSD Emília Cerqueira.*

Se fosse possível eliminar as habitações das perdas que ocorreram naqueles incêndios, esta Comissão de Inquérito não existiria. Este exercício, podemos fazê-lo.

Não temos dúvidas nenhuma de que o PSD criou esta Comissão de Inquérito única e exclusivamente pelas perdas de habitações e pela suspeita lançada em torno da recuperação das habitações, porque não era a preocupação com a segurança, com a agricultura, com a pecuária, com a floresta, com a silvicultura ou com a indústria que os movia para criar uma comissão de inquérito desta natureza. Sim, as habitações foram o motivo que os levou a criar uma comissão de inquérito, porque se criou a ideia de que as vítimas foram vigaristas.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Isso é o que pensa o PCP!

O Sr. **João Dias** (PCP): — Ora, nós não aceitamos esta perspetiva e, da mesma forma que não aceitamos a perspetiva de que as vítimas foram vigaristas — foram vítimas, efetivamente —, também entendemos que

devem ser apuradas as responsabilidades daqueles que não tiveram o comportamento correto. Estes são dois pontos dos quais não abdicamos.

Por isso, já que aqui estamos, o que nos importa é apurar o que falhou, o que havia antes, o que falhou nos apoios e o que temos hoje, tendo em consideração o que existia.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Afinal importa?!

O Sr. **João Dias** (PCP): — Uma das primeiras coisas de que quero falar tem que ver com a recuperação das habitações, uma questão que, para nós, é fundamental. Em relação às questões que vou fazer, ambas as instituições podem responder.

Na recuperação das habitações apenas foi considerada a reposição material do que se perdeu ou consideraram-se também outros aspetos, tais como melhorar as condições da habitabilidade, de dignidade? Isto, porque não entendo que seja uma vigarice que, no caso de alguém que tinha uma casa, que perdeu, cujo pé-direito já nem sequer cumpria o que hoje é regulamentar... Não se iria repor uma casa com um pé-direito que já nem sequer é regulamentar, teria de ganhar mais 50 cm ou 80 cm!

São estas as preocupações do PSD, mas a nossa é saber se as pessoas foram efetivamente ajudadas.

Por isso, queremos, desde logo, colocar esta questão: o critério foi única e exclusivamente material, de recuperar o que foi perdido, ou houve outras considerações e outros critérios que, na reposição, terão levado a que se aproveitasse a oportunidade para, face à perda, recuperar e melhorar?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Manuel de Lemos.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Sr. Deputado, muito obrigado.

A primeira parte da sua intervenção não me compete a mim, como compreende, mas, em relação à questão que colocou, deixe-me dar esta nota: no caso da União das Misericórdias, quando nos vimos confrontados com isto e criámos uma miniorganização para ajudar as pessoas que efetivamente precisavam de ajuda, pensámos que eram necessárias duas componentes. Primeiro, uma componente financeira, para ver como era gasto cada tostão que as pessoas nos tinham confiado, porque era disso que estávamos a falar.

Eram dádivas de portugueses, mas não só. Recordo que a primeira dádiva que tivemos foi da Santa Casa da Misericórdia de Macau. Digamos que houve uma solidariedade que foi muito além das fronteiras portuguesas e pedi ao meu colega, o Dr. José Rabaça, que acompanhasse esta questão. Na altura, tínhamos a sorte de ter no Secretariado Nacional uma colega provedora que era arquiteta e, como estávamos, sobretudo, a falar de recuperação de habitações, pedi-lhe que, juntamente com o trabalho da Gulbenkian, não aproveitássemos só para repetir situações, mas para tornar a vida daquelas pessoas mais digna e mais confortável, pelo menos no plano material, já que não podíamos fazer muito mais no plano imaterial.

Por exemplo, se olhar para aquelas casas vê que têm uma estrutura tradicional portuguesa. Ou seja, as pessoas viviam no primeiro andar e, no rés-do-chão, tinham cortes, onde tinham cabras e pequenos animais, que também tinham a função de aquecer a casa, quando não havia... É uma tradição muito portuguesa. Portanto, as pessoas viviam todas no primeiro andar. Depois, encontrámos casas em que já não havia a função de cortes, pois os animais estavam nos anexos ao lado e aquilo servia para guardarem os instrumentos de trabalho e da sua lida diária no campo.

Mas fizemos muitos ajustes. Pusemos uma sala maior, uma cozinha melhor, fizemos isso, mas também pusemos algumas coisas que sensibilizaram imenso as pessoas, e estamos a falar de pessoas com muita

idade, como, por exemplo, um corrimão nas escadas. Era baratíssimo, deixe-me dizer-lhe, mas fazia toda a diferença para aquelas pessoas. E essa circunstância de termos posto um corrimão, penso que responde bem à questão que me levantou.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra para continuar.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Faço minhas as palavras do Dr. Manuel de Lemos.

Queria apenas recordar que, nas casas que foram construídas por esta parceria, recrutámos um gabinete de arquitetos, o Moove, composto por jovens arquitetos que têm preocupações de eficiência energética, de adaptação das casas às melhores condições para pessoas com deficiências... Enfim, tanto quanto sei, é um conjunto de arquitetos muito preocupados com a questão de habitações à medida das necessidades de pessoas, naturalmente, dentro dos montantes que indicámos. Acho que foi um trabalho muitíssimo bom e que resultou naquilo que o Dr. Manuel de Lemos fez.

Fiquei muito orgulhosa por, na altura, alguém das nossas equipas ter tido a ideia de que não era para se fazer uma coisa qualquer. Era para se fazer uma coisa o mais bem feita possível e, se possível, melhorar as condições de vida das pessoas, neste caso, dentro das suas habitações e das suas circunstâncias.

Portanto, o recrutamento desse gabinete de arquitetos é um sinal dessa preocupação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Então, vamos direcionar-nos para a questão das segundas habitações, que é, talvez, a mais importante. Diria, até, que é a que chama mais a atenção e preocupação.

Qual é a importância que, neste momento, tendo em consideração o conhecimento do terreno e da população, ambas as instituições atribuem às segundas habitações?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Dr. Manuel de Lemos.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Devo dizer que, na sociedade europeia, as segundas habitações têm, de uma maneira geral, alguma importância.

Naquele caso, as segundas habitações também têm alguma importância, porque há muita gente que vai lá ao fim de semana. A emigração, naquela zona, é um bocadinho diferente em relação, por exemplo, à emigração tradicional no Minho ou em Trás-os-Montes, em que, digamos, é mais para fora das fronteiras nacionais. Ali há muita migração interna e, portanto, é fácil para muitas daquelas pessoas regressarem ao fim de semana. Fazem-no com regularidade e nós sabíamos disso. E isso contribui muito para a animação da economia local.

Portanto, se me pergunta... Isso tem de ser visto caso a caso, deixe-me dizer-lhe, mas, de uma maneira geral e naquela região em concreto, pessoalmente, considero que as segundas habitações têm a sua importância.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra para prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Sem prejuízo do que disse o Dr. Manuel de Lemos, queria referir que, neste conjunto de casas que apoiámos, havia só primeiras habitações.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Exatamente!

O Sr. **João Dias** (PCP): — Só?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Só, só! Porque foram aquelas que as autoridades consideraram ser a prioridade, e pareceu-me que fazia sentido, sem prejuízo daquilo que o Sr. Deputado referiu relativamente à revitalização das zonas e tudo mais. Mas nós só apoiámos primeiras habitações, porque foi isso que acordámos com o REVITA e entre nós próprios.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Então, daquilo que depreendemos, ambas as instituições concordam e entendem ser relevante o papel que as segundas habitações desempenham no território, que até é despovoado, pois permite alguma dinâmica social e económica da região.

A questão que ia colocar a seguir tinha que ver com o número de segundas habitações que recuperaram, mas, afinal, não recuperaram nenhuma. Então, quais as razões que vos foram dadas ou de que tiveram conhecimento para excluir as segundas habitações da recuperação, tendo em consideração o importante papel que elas representam para a região?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Dr. Manuel de Lemos.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Também queria esclarecer, porque não referi esse facto. Esse foi o acordo que fizemos, em primeira mão, com o REVITA, que fazia parte do nosso acordo com o REVITA. Nós não estávamos impedidos de recuperar segundas habitações, uma vez que os fundos que tínhamos eram nossos, não eram do Estado. É bom explicar isto, porque senão... O Estado não nos entregou aquele dinheiro, foram os portugueses que nos entregaram aquele dinheiro, e gostava de deixar isto muito claro.

Nos termos do acordo com o REVITA, as primeiras de todas as preocupações eram, de facto, as primeiras habitações e foi isso que fizemos.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Não tenho nada a acrescentar.

O Sr. **Presidente**: — Tendo esta questão ficado respondida, devolvo a palavra o Sr. Deputado João Dias.

O Sr. **João Dias** (PCP): — De facto, já percorri todas as leis, resoluções, regulamentos e até a minuta do protocolo que foi assinado entre VV. Ex.<sup>as</sup> e a segurança social e em momento algum identifiquei a exclusão das segundas habitações do processo de recuperação.

Há uma coisa diferente, que é a prioridade às primeiras habitações. Nunca dissemos o contrário, mas excluir as segundas habitações e deixá-las, como ainda hoje lá estão, em destroços, completamente destruídas e ardidadas, a avivar a memória daquilo que lá se passou... Elas ainda lá continuam.

Alguma vez as vossas instituições e VV. Ex.<sup>as</sup> manifestaram a vossa preocupação, ou mesmo insatisfação, pela não recuperação das segundas habitações?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Pelo nosso lado, não, até porque para mim, sinceramente, numa emergência, numa catástrofe, numa desgraça, a primeira das prioridades, sendo que os recursos não são ilimitados... Pareceu-me muito sensato o nosso acordo e o acordo com o REVITA, ou seja, de acudir àquilo que é a primeira necessidade.

Acho que a questão que o Sr. Deputado está a colocar não é neste contexto de emergência, de acudir...

O Sr. **João Dias** (PCP): — Já passaram três anos!

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Está bem, mas nós, agora, já não... Nós respondemos, fechámos contas e, agora, só temos de saber o que fazer com as quatro casas que estão em sede de litígio.

Sinceramente, com a casa a arder, não me parece... Já não sei como é o ditado, mas é isto mesmo, perante uma emergência, um desastre, uma catástrofe, uma depressão enorme, é justo que se tenha dado prioridade — e estou a dar a minha opinião pessoal — às primeiras habitações. Não quer dizer que as segundas também não possam ter outro tipo de apoio, um dia, não sei quando, mas acho que foi uma opção sensata e justa.

O Sr. **Presidente**: — Dado que o Sr. Dr. Manuel de Lemos indicou que faz suas as palavras da Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota, ou seja, partilham ambos da mesma opinião, tem a palavra o Sr. Deputado João Dias.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Nós também partilhamos essa perspetiva, do ponto de vista da prioridade, não a partilhamos é do ponto de vista de transferir a perda das segundas habitações para os próprios proprietários ou

para os municípios, que foi o que aconteceu subsequentemente. Até porque, muitas das segundas habitações só o eram formalmente, pois, muito provavelmente, muitas delas seriam primeiras habitações em termos daquilo que era a prática e o acolhimento que faziam às suas famílias.

Vou colocar algumas questões, não querendo com isto que entendam que estou a afirmar ou a achar que foi o que se passou, mas somente para clarificar. Nós combatemos o clima de suspeição, como sempre aqui afirmámos, e tudo isto resultou de uma investigação e até de algumas peças televisivas que criaram toda esta ideia.

Assim sendo, pergunto: alguma vez foi identificado algum tratamento diferenciado entre municípios ao nível dos apoios concedidos?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Manuel de Lemos.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Não, não!

O Sr. **Presidente**: — Pretende discordar, Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Não.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — É muito relevante que isto fique registado, ou seja, que não houve diferença de tratamento entre municípios nos apoios concedidos.

Uma outra questão tem que ver com pressões, e não estou a falar das pressões referidas, até por algumas figuras públicas e políticas com importância e relevância, de que as casas teriam de estar concluídas no Natal

desse ano. Estou a falar de pressões de outra natureza. Assistiram, identificaram ou presenciaram algumas pressões, fosse de que natureza fosse, para a atribuição diferenciada dos apoios?

Mais: observaram alguma divergência entre as diversas entidades? Como o Fundo REVITA foi composto por muitas entidades, gostaria de saber se alguma vez identificaram, já que também eram parte envolvida, divergências nos apoios que seriam atribuídos, quer entre municípios, quer até mesmo... É importante que isto fique esclarecido, até para desvanecer, de uma vez por todas — e isto tem vindo a acontecer ao longo destas audições, sendo que já vamos na vigésima sexta —, esta ideia de corrupção e de vigaristas, o que, de facto, não é a ideia generalizada.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Manuel de Lemos.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Gostaria de dizer o seguinte: nós fizemos casas em todos os concelhos. É importante dizer isto, pois pode pensar-se que só as recuperámos em Pedrógão, mas não, fizemo-lo em todos os concelhos e por indicação da Comissão Técnica do REVITA.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — É verdade!

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — O que se passava dentro da Comissão Técnica do REVITA não sabemos, pois não fazíamos parte dela. Assim sendo, a Comissão Técnica indicava à direção do REVITA, que depois nos comunicava a nós.

Portanto, não fomos testemunhas, nem o poderíamos ser, porque não estávamos lá. Por isso, a resposta à sua pergunta é, claramente, não.

O Sr. **Presidente**: — Quer acrescentar algo, Sr.<sup>a</sup> Presidente?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Sr. Presidente, quero dizer somente o seguinte: como referi, tivemos pessoas no terreno, muito junto das populações, como o fizeram as misericórdias, mas nunca tivemos ideia de nenhum tipo de pressão.

Queria ainda dizer que a questão que foi levantada, de dúvida, que nos fez não entregar as casas, foi porque é o tribunal que se vai pronunciar. A verdade é que o assunto chegou... O Ministério Público abriu um inquérito, nós constituímo-nos assistentes e, inclusivamente, pedimos uma indemnização, pois consideramo-nos lesados. Vamos, ambos, ver o que é que o tribunal diz.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Portanto, não há aqui nenhuma suspeição do nosso lado, e penso que também estou a ler o pensamento do Dr. Manuel de Lemos. Acho que as pessoas fizeram o melhor que puderam, numa situação de absoluta catástrofe.

Agora, a partir do momento em que surge esta indicação — e vai começar o julgamento na próxima semana — decide quem tiver de decidir, sendo que, repito, as casas estão prontas. Não deixámos a construção das casas a meio e esta decisão que tomámos foi, a meu ver, sensata.

Portanto, o tribunal é que dirá e nós não fazemos nenhum juízo de valor antes de ter... Portanto, não temos nenhuma opinião nem nenhuma ideia de que tenha havido uma situação de anomalia, mas o tribunal é que irá dizer.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora às perguntas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raul Miguel Castro.

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer a presença dos depoentes, por se terem mostrado disponíveis para participar nesta Comissão de Inquérito aos apoios do Estado na sequência dos incêndios de 2017 nos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande.

É bom que fique bem firme no pensamento de todos que esta é uma Comissão de Inquérito aos apoios do Estado, o que, à partida, significaria que, eventualmente, poderíamos ter dispensado a presença da União das Misericórdias Portuguesas e da Fundação Calouste Gulbenkian. A verdade é que aprovámos, em Comissão, poder contar também com a vossa colaboração e tenho duas ou três notas que gostaria de expor.

Com o protocolo que celebraram com o REVITA, acabaram por intervencionar 25 casas em Pedrógão Grande, 14 em Castanheira de Pera, 13 em Figueiró dos Vinhos e 6 em concelhos vizinhos. Isto revela-nos que a aposta feita em Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos decorreu do próprio protocolo que assinaram.

Quando vêm dar a entender que — não sei se será assim e essa é a primeira questão que vou pôr —, na escolha das casas a recuperar... É bom lembrar que a lei que criou o Fundo REVITA prevê, na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 3.º que este fundo se destinava, entre outras coisas, à reconstrução e reabilitação de habitações, não dizendo se é primeira, segunda ou terceira habitação, mas tão só que são as habitações que tiveram danos.

Imperou o bom senso quando foi constituído um regulamento para a gestão do REVITA que determinou, efetivamente, que a primeira intervenção seria nas casas de primeira habitação. Isto faz todo o sentido,

porque era para as pessoas que não tinham casa, mas não exclui as segundas habitações. Portanto, e houve vários depoimentos nesse mesmo sentido, parece pacífico que o entendimento seja esse.

Os senhores afirmaram aqui que não iniciaram qualquer intervenção sem o aval dos elementos da CCDR. Será assim, Dr. Manuel de Lemos?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Manuel de Lemos.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Sr. Deputado, muito obrigado pelas suas questões. O que eu disse foi que quem fez o levantamento foi a CCDR e que não fizemos nenhuma intervenção sem comunicação do REVITA.

O REVITA é que nos entregou estas casas, que temos aqui documentadas e que o Sr. Deputado acabou de referir. Faz todo o sentido, porque Pedrógão Grande e Castanheira de Pera foram os locais onde o incêndio foi mais severo, que houvesse mais casas a recuperar de um lado e de outro.

Do nosso ponto de vista, como diria Camões, «vi claramente visto», ou seja, bastava lá estar para perceber que era ali que tínhamos de fazer as primeiras intervenções. Isso, para nós, fez todo o sentido.

O Sr. **Presidente**: — Quer acrescentar alguma coisa, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, continua no uso da palavra o Sr. Deputado Raul Miguel Castro.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Esta vossa decisão de apoiarem também a aquisição de alfaias, animais e plantações foi-vos sugerida ou foi iniciativa própria, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Acho que foi iniciativa própria, até porque, também por uma questão de vocação da nossa instituição, olhamos para as coisas como um todo. Portanto, foi iniciativa nossa, mas depois articulámos com as entidades oficiais, como já disse o Dr. Manuel de Lemos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Uma outra questão, que também colocaria aos dois, é esta: foi afirmado que também participaram na criação de uma unidade de queimados, suponho que em Coimbra, tendo em vista o apoio aos afetados pelos incêndios. Exclusivamente, ou também para estes?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Também!

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Pode saber-se qual é o montante que aplicaram?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Presidentes, por favor, queria alertar que não adianta fazerem comentários de microfone desligado, em pergunta-resposta, porque isso gera um diálogo ininteligível. Por isso mesmo é que a Mesa tem este penoso dever de andar aqui a moderar, não me levem a mal.

A pergunta do Sr. Deputado foi no sentido de saber se participaram.  
Tem a palavra para responder, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Já lhe digo o valor, porque não sei de cor.

O Sr. **Presidente**: — Vamos esperar uns segundos, enquanto a Sr.<sup>a</sup> Doutora procura o documento onde esse valor consta.

*Pausa.*

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Fomos só nós, Gulbenkian, com os fundos que tínhamos, e com o apoio da Fundação Claude e Sofia Marion, dois mecenas que deram 300 000 € para a área da saúde.

Depois de se analisar a situação, achámos que isto era o que teria maior impacto. A unidade recebeu muitos queimados e fica para o futuro, lá está, não foi só para aquela situação. Deu para aquela situação e, hoje em dia, o hospital tem uma unidade de queimados como deve ser, que não tinha.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Em relação a este movimento de solidariedade a nível nacional, houve várias entidades que assumiram a gestão daquilo que angariaram. Em termos de eficácia, alguma vez avaliaram esta situação de fazer o que fizeram, todas elas, ou juntarem-se todos para uma melhor aplicação desses fundos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Dr. Manuel de Lemos.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Queria apenas precisar que nós, a União das Misericórdias, não apoiámos a questão da unidade de queimados. Essa foi uma iniciativa própria da Fundação Calouste Gulbenkian.

O que nós os dois procurámos, com o Estado, no Fundo REVITA foi, precisamente, articular as forças, porque, embora as verbas atingissem proporções significativas, obviamente, o dinheiro não chegava para tudo o que era necessário fazer ali. Portanto, pensámos que se trabalhássemos articuladamente com o REVITA — trabalhamos, e trabalhamos bem! — poderíamos potenciar, porque cada um sabia o que ia fazer, como e quando o ia fazer, e pensamos que isso foi extremamente positivo.

Aliás, penso que a Cáritas também subscreveu esse protocolo, no mesmo dia, bem como outras entidades.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — A Cáritas também subscreveu.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Portanto, quanto a esse tal movimento de que fala, as entidades mais significativas subscreveram-no.

O Sr. **Presidente**: — Para acrescentar ainda algo mais a este tema, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Queria dizer que, na área da saúde, para além da unidade de queimados, todo o investimento que fizemos — está na página 38 do relatório, isto para não estarmos agora a perder tempo — foi de quase 1 milhão de euros, em várias unidades de saúde, designadamente em equipamentos de centros de saúde dos municípios atingidos.

Depois... Eu queria dizer alguma coisa, mas esqueci-me, peço desculpa.

O Sr. **Presidente**: — Não faltarão oportunidades, porque os Srs. Deputados irão encarregar-se de refrescar a memória de todos!

Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Está em causa, sob o ponto de vista judicial, o processo referente a cinco casas, cinco imóveis, chamemos-lhes assim. Destes cinco imóveis, quatro seriam de habitação e quanto ao outro havia dúvidas se seria um armazém onde já viviam pessoas e que aproveitaram para o transformar.

Alguma vez tiveram conhecimento ou foram alertados, ao tempo, para uma eventual situação irregular neste apoio a estas cinco casas?

O Sr. **Presidente**: — Dr. Manuel de Lemos, faça favor.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Essa indicação, mais uma vez, foi do REVITA. Portanto, não fomos alertados.

Disseram: «Estão ali mais aquelas casas, vocês ainda têm dinheiro?». «Ainda temos», dissemos, ao que perguntaram: «Então, não se importam de as recuperar?». Foi isso que fizemos, mas não fomos alertados.

O Sr. **Presidente**: — Creio que a pergunta não foi essa... Sr. Deputado, pode esclarecer, por favor?

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Já que foi o REVITA que indicou, mediante o protocolo, a pergunta era esta: alguém vos alertou para a eventual irregularidade no apoio que estava a ser dado àquelas casas?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Dr. Manuel de Lemos.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Naquele momento não, claro que não. Depois, quando foi público, ficámos a saber, mas naquele momento inicial... E falta ainda saber se há ou não irregularidade, por isso está em tribunal.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Já me lembro do que queria dizer há pouco, em relação à coordenação. Nós não explicitámos, mas é preciso não esquecer que todas as câmaras envolvidas têm assento no REVITA. Parece-me que isto é importante, relativamente a algumas das perguntas que foram feitas. Todas as câmaras estavam no órgão de gestão do REVITA e, portanto, tinham voz. Isto tinha que ver com a pergunta que o Sr. Deputado fez há bocado.

Relativamente à segunda questão, das dúvidas que se colocavam quanto à legalidade, chamemos-lhe assim, desses quatro casos que referiu, eu soube pela imprensa. Aliás, relativamente aos cinco casos, porque em relação a um já tínhamos entregado a casa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir, por favor.

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Foi feita aqui a primeira audição a um ex-responsável do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), que levantou inúmeras questões. Serviu-se da comunicação social para fazer essas denúncias, chamemos-lhes assim, e criou um clima de suspeição sobre as populações, especialmente as daqueles três territórios.

A pergunta que vou fazer tem de ser dirigida também aos dois. Enquanto responsável da Fundação Calouste Gulbenkian, se houver outra fatalidade — esperemos que não! —, acha que a desconfiança que recaiu

sobre esses territórios não vai ter qualquer influência no movimento solidário e que os portugueses estarão sempre disponíveis para ajudar?

O Sr. **Presidente**: — Para responder ou comentar, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Acho que a generosidade dos portugueses é inesgotável e tivemos a prova agora, com a calamidade da COVID e com o fundo de emergência que criámos. Houve uma grande adesão, não só por parte de instituições que quiseram aderir ao nosso fundo, permitindo mais intervenção, como, por exemplo, em relação àqueles ventiladores que foram feitos no CEIIA (Centro de Excelência para a Inovação da Indústria Automóvel), no Norte de Portugal. Houve uma enorme adesão das pessoas, através de um programa que foi feito — já não me lembro agora em que canal de televisão — e em que houve uma enorme recolha de fundos individuais.

Portanto, penso que não, penso que as pessoas continuam com um grande sentido de solidariedade. Sentimos muito isso, agora, relativamente a situações difíceis por que muitas pessoas, grupos especiais, estão a passar. Acredito que a generosidade dos portugueses vai continuar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Manuel de Lemos, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Subscrevo as palavras da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian.

Como ela disse, de facto, esta pandemia tem demonstrado uma capacidade fantástica, sobretudo se a compararmos com outras situações. Por

exemplo, nos lares em Itália e em França os colaboradores fugiram e deixaram as pessoas abandonadas, mas aqui ficaram e foram para as janelas dos lares pedir ajuda às pessoas. O mais fácil seria terem feito como os outros e fugirem.

Portanto, penso que está aqui um grande exemplo da nossa extraordinária capacidade para sermos solidários.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Como devem calcular, o que se passou foi um imprevisto. Não havia nada organizado e ninguém contava com a avalanche de apoios que houve.

Houve muitas acusações de distribuição indevida de bens pelas pessoas afetadas e algum descontrolo inicial, porque a avalanche foi mesmo enorme e, num raio muito grande, havia tudo o que era pavilhões disponíveis para os poderem arrecadar. Não deixa de ser curioso que, nas suas recomendações, o Tribunal de Contas parta de uma premissa errada, como se já houvesse um plano para prever este tipo de situações, e depois venha dizer que não se fez o controlo dessas atribuições nem das reconstruções, o que também ajudou um pouco a criar esta situação.

No início falaram de que, agora, estaremos melhor preparados para este tipo de tragédias e a questão que lhe coloco, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota, é se acha que é mesmo assim.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Doutora, é mesmo assim ou gostava que fosse?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Acho que as pessoas inteligentes e bondosas vão aprendendo com a vida, com o que ela nos ensina e com os

erros que cometemos. Portanto, nesse sentido, penso que estaremos todos cada vez mais preparados para poder acudir a situações de emergência. Dito isto, é evidente que as avalanches que têm caído em cima de nós são completamente imprevisíveis, sobretudo — e agora estou a falar da COVID — sem uma base científica segura em que se possa sustentar uma intervenção.

Acho que as pessoas vão aprendendo e que o caminho se faz caminhando. Acredito muito nisso, porque, senão, íamos abaixo com a primeira tragédia e já não tentaríamos dar o nosso contributo à segunda ou terceira. Mas cada situação tem as suas características e há que reconhecer que, neste caso por que estamos agora a passar, tudo o que nos está a acontecer é completamente inédito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Manuel de Lemos, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, o meu lado mais pessimista diz esta frase que li há dias, a propósito desta crise: uma das grandes lições da história é que os homens não aprendem com as lições da história.

*Risos.*

Portanto, tendo isso presente, acho que há aqui um olhar diferente que nos marca a todos, aos que vivemos aquilo e aos que foram lá e contactaram com aquelas pessoas. Não é que não conhecêssemos o território e que não prevíssemos que aquilo pudesse acontecer. Todos os anos há muitos incêndios, mas era imprevisível aquele problema, daquela maneira.

Os incêndios, em si próprios, não são uma novidade, o que foi novidade foi ter acontecido naquele contexto. Quanto a esta pandemia, por

exemplo, em termos dos últimos 100 anos, se pusermos de lado a questão da SIDA, em Portugal não temos pandemias desde o princípio do século passado. De facto, a forma como aquilo aconteceu foi extremamente imprevisível e não temos possibilidade de prever todas estas coisas, não é possível. Nem nós nem os outros países.

Como eu dizia há pouco, temos é de tentar criar mecanismos de resposta mais rápidos. Penso que vale a pena que todos nós, que estamos nas nossas funções e nas nossas missões, comecemos a olhar desta maneira, a ver que isto vai acontecendo aqui e ali, e que, portanto, temos de criar uma espécie de *task-force* para estas situações, mas também que o próprio Estado se organize dessa forma. Por isso, temos seguido com atenção a evolução da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, que penso ser positiva e vale a pena seguir com interesse.

Neste sentido, considero que há uma evolução positiva da postura do Estado em relação a estas questões, no quadro que atrás referi.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Raul Miguel Castro (PS):** — Para terminar, quero fazer-vos um agradecimento especial, enquanto responsáveis máximos das duas instituições, pelo apoio que deram às populações daqueles territórios. Foram simplesmente fantásticos a tentar mitigar os prejuízos que aquelas populações tiveram, a perda de familiares, que, infelizmente, aconteceu. Esse apoio teve também uma importância vital para a recuperação daquela imagem... Durante alguns dias, ficámos, de certa maneira, causticados com as imagens que passaram pelos canais de televisão, nomeadamente.

Por isso, para terminar, muito obrigado por estarem aqui connosco e pelo trabalho que fizeram.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Antes de passar a palavra ao Grupo Parlamentar do PSD, queria só prestar o seguinte esclarecimento aos presentes e a quem nos acompanha: a Comissão de Inquérito decorre ao mesmo tempo que decorrem diversas atividades na Assembleia, tais como o Plenário da Assembleia, grupos de trabalho e, eventualmente, comissões. E digo isto porquê? Porque existe, naturalmente, a saída e entrada constantes de Sr.<sup>as</sup> Deputadas e de Srs. Deputados, o que não tem muito a ver com o acompanhamento da reunião, porque, muitas vezes, além de ser gravada, os próprios Srs. Deputados e os assessores acompanham-na, mas a dinâmica parlamentar não permite a sua presença constante. Portanto, gostava de dar este esclarecimento porque, por vezes, essas ausências são muito mal-interpretadas e de uma forma inteiramente injusta.

Tem então a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Olga Silvestre, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, cumprimentamos a Fundação Calouste Gulbenkian e a União das Misericórdias Portuguesas e os seus legais representantes, aqui presentes, em especial a Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota e o Dr. Manuel de Lemos.

Agradecemos a vossa presença e a vossa disponibilidade para virem prestar esclarecimentos, mas agradecemos ainda mais a vossa solidariedade, a qual foi demonstrada e executada após os incêndios de 2017 com os vossos donativos e, depois, com a criação do fundo que, seguramente, VV. Ex.<sup>as</sup> geriram da melhor forma que puderam. É exemplar o vosso trabalho e é também exemplar — e queremos deixar esta nota — a transparência que tiveram em tudo o que fizeram.

Também queremos enaltecer e louvar o trabalho, quer da Fundação Calouste Gulbenkian, quer da União das Misericórdias Portuguesas e, em

particular, de todas as Santas Casas de Misericórdia do nosso País, neste momento de pandemia. São, realmente, de louvar e são um grande motor da nossa economia. São grandes no combate à exclusão social e no combate à pobreza, mas também na promoção da educação, na promoção da ciência, na promoção do desenvolvimento.

Fica aqui o nosso agradecimento pelo vosso trabalho e pela vossa dedicação para com Portugal e os portugueses.

Demonstramos também a nossa solidariedade para com a população do Pinhal Interior, em particular para com aqueles que, de alguma forma, foram vítimas dos incêndios que ocorreram em 2017.

É bom relembrar — e o PSD nunca se esquece — que o objeto desta Comissão de Inquérito é apurar a atuação do Estado na atribuição dos apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior, sendo certo que não está aqui em causa a atuação da Fundação Calouste Gulbenkian nem a da União das Misericórdias Portuguesas, por duas razões: primeiro, porque os critérios de transparência foram de tal modo elevados que nos permitiram, ou permitem, averiguar e apurar aquilo que foi feito; depois, porque, realmente — e como já foi dito —, os donativos são de índole particular e não está aqui dinheiro do Estado, e a nós, Assembleia da República, isso não nos cabe nem é essa a nossa missão.

No entanto, são muito importantes alguns esclarecimentos que nos possam dar, no sentido de apurarmos se alguma coisa correu bem ou se alguma coisa não correu bem e, de futuro, o que poderemos fazer para atenuar o que não correu bem.

Posto isto, correndo sempre o risco de repetir algumas perguntas que já foram feitas, mas tentando não as repetir, vou dirigir as perguntas a ambos e, depois, algum dos senhores responderá.

A primeira pergunta é esta: em algum momento, estiveram no levantamento das necessidades no terreno?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Relativamente à última pergunta, não. Vamos ver, no que respeita às ações que têm que ver com o REVITA, com a intervenção do Estado, não. Relativamente a outras coisas, desde...

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Colmeias!

*Risos.*

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Colmeias, é verdade, ou saúde auditiva para os miúdos. Fizemos um rastreio auditivo, bem como outras coisas que resultaram, naturalmente, das conversas que, numa atividade normal, a Fundação tem sempre e que, dentro dos nossos estatutos e das nossas missões, nos pareceu evidente serem prioritárias. Portanto, nesse aspeto, foram realmente as pessoas da Gulbenkian que estiveram no terreno, em conversa com as várias entidades, que concluíram quais eram as prioridades.

Entretanto, lembro no relatório quais foram as coisas que tentámos... Enfim, coisas absolutamente básicas, como, por exemplo, dar óculos aos miúdos. Lá está, isso teve que ver com o futuro, com a preparação daquelas pessoas para o futuro, e não propriamente com os incêndios. Teve que ver com a ação complementar de dar esperança e capacidades a essas pessoas.

As colmeias também foi uma coisa muito divertida!

As colmeias são fundamentais para voltar a semear os terrenos. Portanto, quando me apareceram as colmeias e o pagamento das colmeias, eu achei uma coisa... Mas foi muitíssimo importante e útil.

Relativamente ao que se pode fazer melhor, acho que, em geral, houve coisas que correram muito bem, como a excelente parceria com a União das Misericórdias. Há coisas que podem, eventualmente, não ter corrido tão bem, mas acho que há uma coisa de que, no País — e agora estou a falar pela minha longa experiência na área do desenvolvimento —, todos precisamos, que é de aprender a coordenar melhor, porque ninguém faz nada sozinho. O Estado e as organizações da sociedade civil têm de ter, cada vez mais, uma ligação com propósitos comuns.

Portanto, acho que esta é uma ideia de coordenação, com certeza, mas sobretudo de cooperação e de desenhar objetivos comuns. Penso que isso tem que ver com uma cultura de intervir, de resolver problemas e de preparar o futuro, tanto mais que os problemas, hoje em dia, são muito complexos e nunca dependem só de um setor. Quer dizer, estávamos a falar no caso das crises, mas os problemas são muitíssimo complexos e, normalmente, têm de ter vários olhares, de vários ministérios, de várias políticas públicas e também de várias atividades que, no terreno, no dia a dia, tratam desses assuntos, às vezes de uma forma até mais especializada ou mais fina.

E tem de se envolver as pessoas. Não vale a pena pensar... Nada se consegue fazer sem ouvir as pessoas. Como há pouco o Dr. Manuel de Lemos disse, fazer as casas sem ouvir quem lá ia morar sobre quais eram as dificuldades, para as tentar melhorar, não teria tido o mesmo resultado. Portanto, tem de se ouvir as pessoas para conseguir ir resolvendo os problemas.

Acho que são estes os aspetos que, em geral, temos de melhorar, em termos de políticas de desenvolvimento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Manuel de Lemos, faça favor.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Também muito rapidamente, e subscrevendo tudo o que disse a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Fundação... É fácil falar depois dela! É fácil falar depois de ti, porque...

*Risos da Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota.*

Quero dizer o seguinte: nós, de facto, não encontrámos essas lacunas. Como as nossas equipas estavam no terreno, algumas vezes ajudámos as pessoas e ensinámo-las como deveriam fazer. Citei aqui a história das colmeias porque o mel é uma atividade económica importante naquela zona e muitas abelhas morreram. Nós, quando percebíamos isso, dizíamos às pessoas: «Olhe, vá ali ao Fundo REVITA,...» — ao sítio onde isso se fazia — «... porque estão lá uns técnicos do Ministério da Educação que tomam nota dessas coisas e depois enquadram-nas». Chegámos até a comprar, nesse âmbito, alguns enxames de abelhas para permitir às pessoas... Foi uma vivência muito interessante! Aliás, semanalmente, eu tinha uma conversa com a Arq.<sup>a</sup> Carla Pereira e eram sempre uns momentos muito vividos, porque ela é muito viva a explicar e, portanto, era muito interessante ver isto.

Gostava ainda de referir — eu devia ter dito isso e não disse, com certeza, mas agradeço à Sr.<sup>a</sup> Deputada ter falado na nossa transparência — que, inclusivamente, tínhamos uma página na *net*, à qual qualquer pessoa podia aceder, chamada «Juntos por todos», onde dizíamos, dia a dia, como estavam a ser gastos os dinheiros.

Estávamos a falar com gente muito humilde, que, às vezes, tinha dificuldade... Não era o próprio Estado que não tinha a resposta, era a capacidade de acesso às respostas que, muitas vezes, as pessoas não tinham. E aí, mais uma vez, considero que fizemos um trabalho, em conjunto, extremamente importante, porque nós, com o Estado, fomos capazes de

identificar necessidades que, de outra maneira, talvez as pessoas sentissem, mas não eram capazes de transmitir.

Por isso, como diz a Sr.<sup>a</sup> Presidente, do que este País precisa é de mais cooperação — mais cooperação, mais cooperação, mais cooperação! —, porque ninguém é capaz de fazer tudo nem ninguém sabe tudo.

Portanto, quanto à disponibilidade e humildade para trabalhar em conjunto, nós, pela parte da União das Misericórdias, nesta parceria, por exemplo, orgulhamo-nos de ter a Fundação Calouste Gulbenkian como nossa parceira, porque nós aprendemos...

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Nós também!

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — ... e, com certeza, também aprenderam.

Portanto, preparamo-nos para futuras parcerias onde elas sejam necessárias. Penso que é importante que isto se faça em Portugal e que olhemos para isto com a disponibilidade de quem está disposto a aprender.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, para prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

No seguimento das palavras proferidas pela Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota, pergunto: nesse processo de cooperação, faltou o Estado? Ou o Estado deveria ter tido uma intervenção mais direta e maior?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — No caso em apreço, acho que teve o papel que deveria ter e que pôde ter. Fez, naturalmente, todos os esforços para corresponder à sua função.

Portanto, acho que houve cooperação, sem dúvida alguma.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Acho que basta a circunstância de termos feito um protocolo com o REVITA para... O próprio protocolo é, em si, uma expressão dessa capacidade de cooperar do Estado, neste caso concreto.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, para prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — No seguimento das respostas que a Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota deu, fiquei com uma dúvida. A Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota referiu o seguinte: «Todas as construções apoiadas por nós...» — referia-se, portanto, à Fundação e à União das Misericórdias — «... eram enviadas às entidades, União das Misericórdias e Fundação, através da CCDR». Mas depois, mais à frente, o Dr. Manuel de Lemos referiu que as casas foram reconstruídas por indicação da Comissão Técnica do REVITA.

Eu gostava que esclarecessem isto.

O Sr. **Presidente**: — Para esclarecer, Sr. Presidente.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Tenho muito gosto em esclarecê-la, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Quem fez o levantamento foi a CCDR — foi o que nos foi dito —, mas, depois, as casas foram todas colocadas, precisamente pela

questão da urgência, na Comissão Técnica. E foi a Comissão Técnica que as identificou e que as comunicou.

Julgo que a CCDR também estava na Comissão Técnica ou, pelo menos, estava no Fundo REVITA — isso, estava de certeza —, mas quem nos entregou as casas foi o Fundo REVITA, por indicação da Comissão Técnica desse mesmo fundo.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Exatamente.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente Isabel Mota, ainda para nos esclarecer, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — É exatamente aquilo que disse o Sr. Presidente da União. A CCDR fez, seguramente, o levantamento e a decisão era tomada pelo Fundo REVITA, depois de analisados todos os requisitos técnicos pela Comissão Técnica. A seguir, a comunicação relativamente a quais eram as casas a ser intervencionadas vinha através da CCDR. Era a CCDR que comunicava a decisão do REVITA... Acho que sim.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente. Unidade no pensamento, unidade na ação.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Doutora, com o devido respeito, pergunto: quem indicou à União das Misericórdias e à Fundação Calouste Gulbenkian quais eram as 48 casas que iriam reconstruir ou recuperar? Quem é que as indicou?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Foi o Fundo REVITA.

Agora, tenho ideia, porventura não correta, de ver nos papéis... Mas, se me der uns minutos, posso já verificar. Parece-me que seria natural que as decisões do Fundo REVITA — portanto, a decisão é do Fundo — fossem transmitidas através do organismo de planeamento local. Transmitidas!

Mas é uma questão de me dar uns minutos, porque tenho aqui nos papéis exatamente como era o processo.

*Pausa.*

Portanto, o REVITA é que se responsabilizou, no protocolo que assinámos, por sinalizar à parceria Fundação/União das Misericórdias quais as casas a recuperar e a construir, depois de verificado o respetivo cumprimento das condições de elegibilidade para efeitos de financiamento.

Sobre isto, não há dúvida de que a decisão era do Fundo REVITA.

O outro ponto, nos papéis que aqui tenho, é este: «Nestes termos, todas as reconstruções das casas danificadas pelos incêndios, financiadas por esta parceria, no âmbito da cooperação estabelecida com o Fundo REVITA, corresponderam a candidaturas previamente analisadas e validadas pela Comissão Técnica do Fundo REVITA, tendo os respetivos pedidos de apoio sido subscritos e enviados à parceria Fundação/União das Misericórdias Portuguesas pela Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro».

Portanto, está completamente clarificado aquilo que eu disse.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Quer acrescentar alguma coisa, Sr. Dr. Manuel de Lemos?

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Obrigado, o problema é que, como a CCDR fazia parte do Fundo REVITA, há essa... Mas é exatamente isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra, para prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — À data, a Presidente da CCDR do Centro era a atual Ministra Ana Abrunhosa. Portanto, ela é que validava as casas que deveriam ser recuperadas.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Não?! Então, não percebi.

O Sr. **Presidente**: — Parece-me que não, Sr.<sup>a</sup> Deputada.  
Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, quem...

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Presidente, posso só...?

O Sr. **Presidente**: — Para esclarecer melhor a pergunta, Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — É que a Cáritas disse aqui que as casas tinham sido facultadas pela CCDR e pelos municípios, ou seja, que essa entidade é que indicava. Daí a minha dúvida e por isso é que insisto na pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — De acordo com as informações que tenho, o ponto essencial é o seguinte: seguramente, era a CCDR, no âmbito das suas funções e juntamente com os municípios, que devia fazer o levantamento das necessidades. É óbvio. Mas as decisões foram todas tomadas... As prioridades, porque é que eram aquelas e não outras, etc., se os critérios e os requisitos estavam preenchidos... A competência da autorização e da decisão é do Fundo REVITA. A informação que tenho é de que, a seguir, o Fundo REVITA escrevia e mandava o resultado através da CCDR, o que faz todo o sentido! Mas não era a decisão.

Portanto, a CCDR não tinha poder de decisão relativamente às casas e às prioridades. Isso era o Fundo REVITA, claramente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Dr. Manuel de Lemos, faz suas as palavras da Sr.<sup>a</sup> Presidente, ou pretende esclarecer mais alguma coisa?

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Não, não!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Faz suas as palavras da Sr.<sup>a</sup> Presidente, então.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra, para prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — A Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota também disse que tinha sido criado um grupo de coordenação onde estavam o Presidente do REVITA, os municípios envolvidos e a CCDR.

Esse grupo fazia o quê, concretamente?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Penso até que foram criados dois grupos: uma comissão de acompanhamento, onde estavam os municípios... Portanto, havia um Conselho de Gestão e uma Comissão Técnica do Fundo. Havia as duas coisas.

No Conselho de Gestão estava um representante do Instituto da Segurança Social, que é o Dr. Rui Fiolhais, um representante designado pelas câmaras municipais de Castanheira de Pera, Figueiró e Pedrógão e um representante designado pelas IPSS (instituições particulares de solidariedade social) e pelas associações humanitárias de bombeiros, a nível distrital. Na Comissão Técnica havia três elementos designados pelas câmaras municipais de Castanheira, Figueiró e Pedrógão, três elementos da CCDR e dois elementos da Unidade de Missão para a Valorização do Interior. Isto foi estipulado pelo REVITA.

Em seguida, os procedimentos foram exatamente aqueles que referi. Portanto, o Fundo REVITA é que teve o poder de decidir.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Quer um, quer outro, estiveram no terreno a acompanhar e a fiscalizar a recuperação e a reconstrução?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Dr. Manuel de Lemos.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — A União esteve sempre. Eu não, infelizmente, mas a União esteve sempre. Por isso disse que tínhamos uma equipa no terreno, chefiada pela Arq.<sup>a</sup> Carla Pereira, provedora da Santa Casa

da Misericórdia de Aldeia Galega da Merceana, e, em *back office*, na área financeira, pelo Dr. José Rabaça, que está aqui comigo.

Estivemos sempre...

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Nós também.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — ... e a Gulbenkian também.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Tivemos duas pessoas, que, aliás, não posso deixar de louvar profundamente pelo empenho que tiveram e pela dedicação total. São elas a Eng.<sup>a</sup> Luísa Valle, uma das nossas diretoras desta área da coesão social, e o Dr. Celso Matias, que também é diretor da Fundação. Estiveram no terreno, sempre. Toda a parte jurídica foi acompanhada pelo Dr. Rui Gonçalves, em *back office*.

O Sr. Dr. **Rui Esgaio** (Secretário-Geral da Fundação Calouste Gulbenkian): — Também foi lá!

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Também foi lá. Esteve na parte jurídica e de procedimento.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, devolvo-lhe a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — A quem faziam os pagamentos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Manuel de Lemos, tem a palavra, para responder.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Fazíamos os pagamentos diretamente às empresas com quem contratávamos.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Exatamente.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — E ao Estado, quando havia IVA (imposto sobre o valor acrescentado) e mais não sei quê, claro.

*Risos.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra, para prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Referiu «e ao Estado». Concretamente, o que é que pagavam ao Estado?

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — O IVA!

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Ah!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, está esclarecido, era mesmo o IVA ou outros impostos.

Tem a palavra, para prosseguir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Conferiam os autos de medição?

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Sim, escrupulosamente.

O Sr. **Presidente**: — A palavra acaba de ser dada, retirada e tornada a dar.

*Risos.*

O Dr. Manuel de Lemos respondeu «sim».

Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Nos pagamentos, seguiam os valores por metro quadrado referenciados pelo Fundo REVITA?

O Sr. **Presidente**: — Dr. Manuel de Lemos, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Sim, mas negociávamo-los.

*Risos.*

Quanto mais dinheiro poupássemos, mais dinheiro haveria para recuperar as casas.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, sim, negociavam. Foi a resposta.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, pode prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Então, é possível que tenham pago um valor inferior ao que estava previsto legalmente?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Manuel de Lemos, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Não havia um valor previsto legalmente, o que havia era valores de referência.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Manuel de Lemos, mantendo-se a pergunta para os valores de referência, pagavam acima ou abaixo dos valores de referência? Era essa a pergunta.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Com a tradição de boa gestão que temos, tentávamos sempre pagar abaixo, subindo a qualidade.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra para prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Tentavam. Mas isso, efetivamente, aconteceu, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

*Pausa.*

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Está aqui a dizer-me o Dr. José Rabaça, porque isso não acompanhei, que, de uma maneira geral... Tentámos, num primeiro momento, até para animar a economia local, recorrer aos empreiteiros locais. Foi uma primeira forma, consensualmente aceite pelo REVITA de que seria uma boa estratégia. Mas, à medida que o volume de obra foi subindo, fomos alargando o âmbito e buscando à volta.

Portanto, eu diria o seguinte: houve valores em que, de uma maneira geral, conseguimos ficar abaixo e outros em que ficamos acima, ou ligeiramente acima. Isso não nos preocupou muito, porque, para nós, era muito importante ter aquele valor como valor de referência e, dentro disso,

fazer a melhor gestão, sendo certo que nos preocupou mais a qualidade dos materiais do que propriamente o valor que tinham, um bocadinho na lógica daquilo que respondi há pouco ao Deputado João Dias.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, presumo que ainda queira dizer algo sobre isto.

Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Era só para explicitar que, na nossa parceria, o dono da obra foi sempre a União das Misericórdias, porque tem muito mais experiência do que a Gulbenkian em adjudicações, construções, etc., tem uma longa história e capacidade de negociação.

Portanto, a função de dono da obra foi sempre da União, dentro da divisão de tarefas que estabelecemos entre nós.

O Sr. **Presidente**: — São 500 anos de história!

*Risos.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra para prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Nos valores que pagavam acima, fundamentavam isso ou faziam alguma menção especial à razão pela qual faziam esses pagamentos acima do valor de referência?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, fizemos sempre procedimentos públicos. Não estou a falar de concursos públicos, estou sempre a falar de procedimentos públicos.

Portanto, cumprimos escrupulosamente a lei nessa matéria.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, para prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Já aqui foi referido, mas volto a insistir: no decurso dessas recuperações, vieram a lume algumas irregularidades, na comunicação social. Perante essas irregularidades, o que foi que os senhores fizeram?

O Sr. **Presidente**: — Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota, tem a palavra para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Uma proferida a acusação pelo Ministério Público, constituímos-nos ambos como assistentes e lesados e, portanto, pedimos uma indemnização. Estamos à espera, agora, de saber o que o tribunal diz.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Qual foi a razão, em concreto, por que deduziram esse pedido de indemnização civil?

O Sr. **Presidente**: — Para responder a esta questão, dou a palavra ao Dr. Manuel de Lemos.

Faça favor.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

A razão foi, desde logo, porque o dinheiro não era nosso. O dinheiro foi-nos confiado pelos portugueses para ajudarmos aqueles outros portugueses e, portanto, tínhamos um dever acrescido de responsabilidade. É um bocadinho aquela questão que, há pouco, a Sr.<sup>a</sup> Deputada levantava: se não o fizéssemos, então, sim, poderia ter-se levantado aquela questão da credibilidade que tínhamos.

Portanto, esperamos que o tribunal diga sim ou não, mas não podíamos permitir que amanhã nos viessem dizer: «Vocês não usaram com cautela o dinheiro que vos foi confiado por cada um de nós, às vezes com sacrifício».

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota, ainda para acrescentar, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Quando proferiu a acusação, o Ministério Público considerou-nos logo como lesados no âmbito deste processo. Portanto, foi o próprio Ministério Público que estabeleceu a natureza da nossa posição.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, devolvo-lhe a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

Mas a razão será, também, porque estão em causa, ou podem vir a estar, algumas irregularidades na construção dessas cinco casas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Dr. Manuel de Lemos.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Vamos lá ver: foi porque o poderão estar que o Ministério Público deduziu a acusação. Portanto, perguntou-nos

se nos queríamos constituir assistentes — a questão foi assim concreta — e, pelas razões que aduzi, bem como a Sr.<sup>a</sup> Presidente, entendemos fazê-lo. Mas a questão é levantada pelo próprio Ministério Público quando decide fazer a acusação.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Compreendo que a pergunta da Sr.<sup>a</sup> Deputada é retórica, porque é também ela advogada e sabe exatamente do que estamos aqui a falar.

*Risos.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada, a palavra é sua, faça favor de prosseguir.

Um bom advogado só pergunta quando sabe a resposta.

*Risos.*

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Peço desculpa por insistir neste assunto, mas se não existisse nenhuma irregularidade, nem a Fundação Calouste Gulbenkian nem a União das Misericórdias teriam deduzido este pedido de indemnização civil. Certo?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota.

Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Vamos ver: quem levantou a questão de poder haver irregularidades foi o Ministério Público, e, portanto, está claro que, do lado do Ministério Público, a questão se colocou.

Desde logo, a haver irregularidades, o Ministério Público considerou-nos, a nós, que nos constituímos como assistentes, também lesados. A haver e a provar-se.

Só depois de o tribunal decidir se há ou não ilegalidade é que a situação poderá ser clarificada e resolvida. Ou é ou não é, e decide quem pode e quem deve.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — No pouco tempo de que disponho, quero ainda referir, como já aqui foi dito, que os senhores também apoiaram os agricultores. Designadamente, apoiaram os agricultores de Castanheira de Pera e, depois, os agricultores dos concelhos de Góis, Pampilhosa da Serra, Penela e Sertã, nos valores contemplados entre 1053 € a 5000 €.

Pergunto: não acham que deveria ter sido o Estado a apoiar estes valores aos agricultores?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Manuel de Lemos, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Vamos lá ver: nós tínhamos um protocolo com o Estado, pela via do REVITA, e, portanto, na base do acordo, ficou combinado que eramos nós... Digamos, de alguma maneira, aceitamos isso como bom e, como tal, não tivemos de dizer «têm de ser os senhores». Não!

Eram, muitas vezes, verbas muito irrisórias, em relação a algumas pessoas, e, portanto, pensamos que era melhor... Quer dizer, aceitamos ou chegamos a essa conclusão. Não participei nessa negociação diretamente e

não sei como é que lá se chegou, mas a verdade é que achámos razoável, que fazia sentido, e aceitamos isso.

O Sr. **Presidente**: — Quer acrescentar alguma coisa, Sr.<sup>a</sup> Presidente?  
Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Queria só dizer que neste acordo que fizemos com a União das Misericórdias, e que achamos importante, o procedimento seguido era este: a análise das candidaturas e o cálculo dos respetivos montantes das indemnizações eram realizados pela Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro.

O Sr. Dr. **Manuel de Lemos**: — Sim, sim!

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Foi com base nessa avaliação que fizemos os apoios aos agricultores e quem nos dava essa informação era o Presidente da Unidade de Missão para a Valorização do Interior. Portanto, digamos que houve uma colaboração, pois eles, com certeza, apoiaram muitas outras coisas do Estado e nós, dentro de um determinado montante, acrescentamos ao apoio que foi dado.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Os candidatos apresentavam a sua candidatura onde? Nessa Direção Regional?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — Penso que sim, porque a informação de que disponho diz que a análise das candidaturas e o cálculo dos montantes eram feitos pela Direção Regional da Agricultura. Portanto, faz todo o sentido que as candidaturas fossem feitas aí.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — Sendo que os agricultores de Castanheira de Pera foram apoiados pelo Fundo REVITA — porque ele foi criado para aqueles três concelhos: Pedrógão, Castanheira e Figueiró dos Vinhos —, e sendo que a Fundação também apoiou esses agricultores, pode ter havido uma sobreposição de apoios. Isso era controlado?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr.<sup>a</sup> Presidente, tenha a bondade.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Isabel Mota**: — É evidente que sim, que era controlado. Não houve sobreposição de apoios.

O Sr. **Presidente**: — Algum esclarecimento último, Sr.<sup>a</sup> Deputada? Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Olga Silvestre** (PSD): — O esclarecimento último é o seguinte: o Fundo REVITA não é Estado, porque, na sua maior parte, era composto por fundos privados, portanto, da solidariedade dos portugueses, dentro e fora de Portugal.

Queria também agradecer a vossa disponibilidade e a vossa presença, voltando a enaltecer a missão que têm para com Portugal e os portugueses.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Creio que fez um comentário e não uma interrogação.

Terminamos, assim, a primeira ronda de perguntas e não registo inscrições para a segunda ronda. Todavia, pergunto ao Sr. Deputado Relator Jorge Paulo Oliveira, que hoje está numa versão mais folclórica, que, presumo, seja por homenagem velocipédica... É, não é?!

*Risos.*

O Sr. Deputado não quer acrescentar nada para colocar no seu relatório?

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Assim sendo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Ex.<sup>mos</sup> Senhores, resta-me terminar esta audição.

Começo por agradecer ao Dr. José Rabaça, ao Dr. Rui Esgaio e à Dr.<sup>a</sup> Elisabete Caramelo pela vossa presença, discreta, mas muito solidária, porque o silêncio também compromete.

*Risos.*

Agradeço especialmente ao Sr. Presidente da União das Misericórdias, o Dr. Manuel de Lemos, e à Dr.<sup>a</sup> Isabel Mota, Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, por estarem hoje connosco.

Todos nós estamos ávidos de bons exemplos, de pessoas credíveis e de entidades credíveis em que nos possamos rever, e VV. Ex.<sup>as</sup> foram, e são, entidades credíveis, nas quais nos podemos rever. No meio de tanta coisa má, há muita coisa boa. Muito obrigado pelo vosso exemplo.

Por favor, levem convosco a homenagem e agradecimento desta Comissão, a qual não serve, certamente, para homenagear as vítimas, mas serve um bocadinho para homenagear quem as ajudou.

Muito obrigado em meu nome e em nome da Comissão.

Srs. Deputados, por força do Regimento, teremos de interromper os nossos trabalhos durante a discussão, duríssima, mas muito relevante do Orçamento do Estado e voltaremos imediatamente a seguir, no início de dezembro.

Mais uma vez, muito obrigado a todos e bom regresso.

Está encerrada a reunião.

*Eram 19 horas e 27 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.